

Ações governamentais e reestruturações produtivas no Brasil: o mito do Estado mínimo

Célia Regina Congílio Borges – PUC, Campinas

RESUMO

A coexistência de feições diversas na denominada organização racional do trabalho tem gerado teses polêmicas. Uma delas é sobre as “possibilidades emancipatórias” disseminadas pelas “conquistas tecnológicas”. Contudo, os deslocamentos das empresas, apoiados por ações indutoras do Estado, resultam em formas apenas diferenciadas de exploração do trabalho (em seus múltiplos processos). Essa segmentação articula-se plenamente com os interesses dos grandes conglomerados empresariais, representados pelas políticas imperialistas contemporâneas. E resultam em impactos sociais os quais procurou-se investigar, tendo em vista uma análise crítica que possa contribuir para intervenções transformadoras na realidade social.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Estado. Divisão internacional do trabalho.

ABSTRACT

The co-existence of the many facets in the so called work rational organization has generated polemical theses. One of them is about the emancipating “possibilities” which would be disseminated by “technological conquests”. However, the enterprises displacement, based on inducing actions of the State, result in only differentiated ways of work exploitation (in its multiple processes). This segmentation fully articulates the interests of the big business conglomerates, represented by the contemporary imperialist policies. It is a result of the social politics and economical impacts, which have been investigated in this study, concerning a critical analysis, which may contribute to the transforming intervention in the social reality.

Keywords: Productive restructuring. State. International division of work.

No Brasil, diferentes modelos de reestruturações produtivas têm sido colocados em prática, sustentados por programas governamentais que cumprem à risca as políticas formuladas pelas grandes corporações transnacionais. É possível caracterizar o papel do Estado e suas articulações com os propósitos capitalistas por intermédio de, no mínimo, duas ações:

1) Quanto aos recursos financeiros destinados a impulsionar reestruturações produtivas excludentes – determinadas por países hegemônicos de acordo com as normas de competitividade vigentes – e difundidas no país a partir do início da década de 1990.

2) Quanto à difusão do arcabouço ideológico necessário para a implantação das políticas (industriais, econômicas, sociais etc.) que ajustam a economia nacional às necessidades do mercado mundial.

Tais considerações pressupõem considerar o Estado como uma instituição que organiza interesses particulares da classe dominante. Como as relações capitalistas de produção assentam-se na divisão social do trabalho, requerem um poder de dominação contínua dos proprietários dos meios de produção sobre os não proprietários. Tal poder econômico sustenta-se politicamente no aparato institucional-legal de coerção/repressão e consenso ideológico que constitui a instância estatal organizadora das demandas do capital.

As estruturas jurídicas e ideológicas do Estado, em correspondência com as relações de produção capitalistas, compõem uma totalidade que interage e torna possível a reprodução dessas relações, de forma a sustentar, continuamente, a dominação de uma classe por outra. Ao empreender a análise das relações entre o Estado burguês e as relações capitalistas de produção, Marx (1994) distingue o cenário próprio em que se configuram os processos ideológicos, sob dois aspectos:

1) Na esfera econômica, pela dupla separação do produtor direto (o trabalhador) em relação à propriedade e ao controle dos meios de produção.

Deve-se considerar que as relações entre proprietários e não proprietários expressam-se por contradições: “Em primeiro lugar os trabalhadores são separados dos meios de produção com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros” (BRAVERMAN, 1987, p. 55). Como possuidores dos meios materiais de produção (portadores do poder econômico), os capitalistas associam seu poder a formas políticas que, formalmente, desempenham o papel de organizar a existência coletiva dos agentes sociais. Configura-se, assim, o segundo aspecto ideológico:

2) No plano jurídico-político, pela estrutura do Estado burguês que, por intermédio das leis, individualiza os agentes sociais e os constitui como *sujeitos livres e iguais*.

O efeito principal da imposição das normas igualizadoras e da criação da “forma-cidadania”, que converte a todos os homens em “sujeitos individuais de direito”, é a atomização das classes sociais antagonicas, pois “ao impor esse conjunto de normas igualizadoras a todos os homens, qualquer que seja a sua condição sócio-econômica, o Estado burguês cria a *forma ideológica da cidadania*” (SAES, 1998, p. 123). Isto porque, “essa individualização confere à troca desigual entre uso da força de trabalho e o salário a forma de um ato de vontade realizado por iguais; isto é, um *contrato* de compra e venda de força de trabalho” (SAES, 1998, p. 30).

Produtores diretos e proprietários de meios de produção são reaglutinados sob o conceito de *Nação*, representada por um território delimitado, constituído por *cidadãos* pertencentes à mesma *pátria* e, portanto, dotados de *aspirações comuns*. No plano ideológico, a materialidade do Estado se estabelece em formas institucionais, que o apartam das relações de produção e atribuem a ele a “função particular de coesão dos níveis de uma formação social” (SAES, 1998, p. 42).

Estudos recentes observam como diversos Estados nacionais garantem a reprodução local do capital; e como Estados de capitalismo avançado estendem seu poder de intervenção no movimento planetário do capital, especialmente contra os do núcleo periférico (ALMEIDA, 2001 e TAVARES; FIORI, 1997). Tais assimetrias asseguram o aprofundamento da desigualdade entre as nações, pois:

Os Estados, individualmente, podem cruzar o golfo que separa a periferia e semiperiferia, mas também nesse caso as oportunidades de avanço econômico, tal como se apresentam serialmente para um Estado periférico de cada vez, não constituem oportunidades equivalentes de avanço econômico para todos os Estados periféricos. O que cada Estado periférico pode realizar é negado deste modo aos outros (ARRIGHI, 1998, p. 220).

Com as feições assumidas contemporaneamente pela divisão internacional do trabalho, tem-se a produção de processos de desenvolvimento desiguais, inseridos em diferentes graus de correlação de forças. A crise de crescimento econômico dos anos 70 e a busca por mais agilidade nos fluxos de produção resultaram em alterações na divisão internacional do trabalho e, muito fortemente, na realização do próprio trabalho – tanto em seus aspectos tecnológicos, como nos aspectos organizacionais.

O desenvolvimento capitalista em sua configuração atual assume aspectos amplamente analisados por um grande número de pesquisadores. Alves (1999), por exemplo, afirma que estamos diante de um novo regime de acumulação, qualificado pelo autor como uma nova fase do processo de interna-

cionalização do capital, com características próprias e particulares se comparada a etapas anteriores e conclui que este processo desenvolve-se no bojo de uma profunda crise de superprodução.

Brenner (2003) acrescenta que as atuais características, produzidas pela “secular crise de produtividade”, seriam dadas pelo grande deslocamento do capital para as finanças e pela queda nas taxas de lucro. Sua análise ganha mais força quando aplicada aos Estados Unidos, considerando-se que, de tempos em tempos, durante toda a década de 1990, parecia haver uma revitalização da economia norte-americana, o que constantemente o jornal *Folha de S.Paulo* exibiu com expressões “o vôo da águia”, “a águia alça vôo” e outras semelhantes. Segundo os cálculos de Brenner (2003), a taxa de lucro líquido do setor manufatureiro nos EUA caiu de 24,35%, no período 1950-1970, para 14,5%, nos anos 1970-1993. No G7, as mesmas taxas eram de 26,2% e 15,7%, respectivamente. Uma crise que atinge o epicentro do sistema (os EUA), teria dimensões catastróficas para a lógica do capital, uma vez que este busca refúgio seguro financiando a economia norte-americana, cujo déficit público atinge proporções incontroláveis.

Amin (2000) afirma que é possível presenciar o começo de uma “terceira onda” de devastação do mundo por uma expansão imperialista, apoiada no colapso do sistema soviético e dos regimes nacionalistas populares do Terceiro Mundo. Ainda que, para o autor, os objetivos do capital dominante permaneçam os mesmos (controle da expansão dos mercados, saque dos recursos naturais da terra, superexploração das reservas de trabalho na chamada periferia), realizam-se sob condições novas e, em muitos aspectos, diferentes das que caracterizaram a fase precedente do imperialismo.

A respeito do período de desenvolvimento do pós-guerra, Mézáros (1988) afirma que foi, sem dúvida, preenchido pela capacidade do capital em ativar imensos recursos humanos e materiais em seus propósitos de auto-expansão. Ampliou e intensificou, significativamente, as áreas de atividade econô-

mica em todo o mundo, tanto pelo incremento da grandeza absoluta da força de trabalho (predominantemente nos países periféricos) quanto pela sua produção relativa (por intermédio do incremento das tecnologias). A industrialização para a substituição de importações haveria integrado a burguesia e pequeno-burguesia dos países periféricos ao sistema capitalista e contribuído para a segunda nova onda de expansão imperialista entre os anos de 1945 a 1970.

Em trabalho mais recente, Mézáros (2002, p. 123) destaca elementos da crise capitalista que precedeu a atual onda imperialista:

A crescente crise da dominação econômica dos Estados Unidos e suas conseqüências se propagando por todo o mundo; a permanente intensificação dos conflitos com o sucesso industrial do Japão e sinais ampliados de uma guerra comercial potencialmente mais devastadora; a erupção de grandes contradições no interior da Comunidade Econômica Européia, ameaçando-a de colapso; o fracasso catastrófico do keynesianismo do pós-guerra e sua substituição ainda mais catastrófica pelas estratégias ‘monetaristas’, voltadas à revitalização do capital em crise; maciço e ainda crescente ‘desemprego estrutural’ e a correspondente erupção de grandes distúrbios sociais sobre as ruínas do *welfare state* e da estratégia do pós-guerra que presunçosamente anunciou a realização do ‘pleno emprego numa sociedade livre’ [...] o controle disfarçado dos países capitalistas avançados sobre o ‘Terceiro Mundo’.

Se a tese do imperialismo persistiu em vários níveis da produção acadêmica, o pensamento dominante, no decorrer da década de 90 do século XX, deitou raízes e expandiu com relativo sucesso a idéia de que o fim do mundo bipolar teria tornado o espaço político e econômico menos conflitivo, o que comportaria uma tendência favorável à evolução das economias e das sociedades. A tese de “fim da história” colocava a democracia liberal e a economia de mercado como a conquista última e suprema da humanidade. Para os que duvidassem desta conquista como algo positivo, restava a inexorabilidade da “globalização” e as políticas compensatórias para amenizar efeitos desagradáveis.

No entanto, mesmo no auge da crise, países como Japão e Alemanha apresentavam vigoroso crescimento e muito freqüentemente tratou-se a questão como crise de hegemonia. Tal interpretação suscitou questões (às vezes fortemente especulativas) sobre quais países comandariam um novo ciclo de crescimento; que novas relações se estabeleceriam entre as formações sociais imperialistas; que papel os Estados nacionais desempenhariam neste novo ciclo.

Para Almeida (1997), duas posições se destacaram: a que postula a existência de um acirramento nas relações interestatais, a ponto de poucos serem os sobreviventes; e a que atribui pouca importância ao Estado-nação, tendendo a enfatizar a importância do “poder local”.

No plano normativo, a primeira posição insiste na necessidade de se revigorar e bem conduzir o Estado nacional, preparando-o para enfrentar o grande capital transnacional ou, no mínimo, estabelecer relações menos desfavoráveis com ele. Desta forma, aumentaria a probabilidade de conseguir uma boa “inserção” na nova ordem. A segunda costuma oscilar entre a proposição de uma ordem supra-estatal (em processo de constituição) e esferas subnacionais. Alude a uma situação em que a produção econômica não teria mais fronteiras, dada a crescente predominância de “verdadeiras unidades de negócios da economia global” (OHMAE, 1996, p. XXI).

Almeida (1997) insiste em que ambas as posições, ao desconsiderarem o caráter de classe dos atuais Estados nacionais, podem perder de vista justamente o papel que estes desempenham nesta fase de transnacionalização do capitalismo. O autor se inspira em Poulantzas (1975) que, já no início da crise dos anos 70, ao analisar as mudanças na economia em escala mundial, relacionou-as com as formas e funções básicas assumidas pelo Estado nacional nas formações sociais imperialistas contemporâneas. Esse exame do processo de reprodução ampliada das relações interimperialistas seria o passo inicial de um estudo mais amplo: o das relações entre as metrópoles dominantes e as formações sociais dependentes.

Partindo dessa delimitação fundamental, Poulantzas (1975) traçou uma periodização desde os primórdios do capitalismo e percebeu que, diferentemente do colonialismo (quando se buscava indiretamente a constituição de mercado para ampliação de consumo), tratava-se, agora, da reprodução do capital no próprio seio das formações sociais dominadas. E, no interior destas, da reprodução das relações de dominação que ligam cada uma das formações sociais dominadas às metrópoles imperialistas, conduzindo a processos desiguais de difusão da produção econômica e, portanto, do desenvolvimento.

Para o autor, esse novo período de assimetrias caracteriza-se, essencialmente, pela preeminência do imperialismo na exportação de capitais sobre a simples exportação de mercadorias¹. Isso corresponde a mudanças nas relações entre as metrópoles imperialistas e, também, entre estas e as formações dominadas. O modo de produção capitalista impera, agora, a partir do interior das formações dominadas, estendendo seu domínio aos aparelhos de Estado e às suas formas ideológicas.

Poulantzas (1975) caracteriza cada fase do imperialismo pelas diferentes manifestações de realização da dominação e da dependência. Considera que uma formação social é dependente quando a sua própria estrutura econômica, política e ideológica exprime relações constitutivas e assimétricas com as que ocupam uma situação de poder. Obviamente, os enunciados do autor devem ser examinados criticamente, à luz das profundas alterações ocorridas no último quartel do século XX – cujos contornos o autor mal pôde vislumbrar.

Estudos mais recentes observam como diversos Estados nacionais garantem a reprodução local do capital, e como Estados de capitalismo avançado estendem seu poder de intervenção no movimento planetário do capital, especialmente contra os do núcleo periférico, o que assegura o aprofundamento

1 Tese, mais tarde, detalhada por Chesnais (1996) que, a partir de outras formulações teóricas, recorre a importante fundamentação empírica.

da desigualdade entre as nações (ALMEIDA, 2001 e TAVARES; FIORI, 1997).

As bases das mutações imperialistas assentam-se nas feições assumidas pela divisão internacional do trabalho que, conectadas com diferentes metrópoles e formações sociais dominantes, resultam em processos de desenvolvimento desiguais, inseridos em diferentes graus de correlação de forças. Com a crise de crescimento econômico dos anos 70, a busca por mais agilidade nos fluxos de produção resultou em alterações na divisão internacional do trabalho e, muito fortemente, na realização do próprio trabalho – tanto em seus aspectos tecnológicos, como nos aspectos organizacionais.

Para a viabilização de um novo ciclo de expansão monetária, além de mutações nas formas ideológicas de constituição do consenso social, foi necessário investir em novos processos produtivos, de modo a intensificar a concorrência entre os capitalistas. Diante do crescimento japonês (cuja indústria automobilística – especificamente a Toyota – incrementava alterações em aspectos do fordismo praticado no ocidente), foram difundidos termos como “reestruturação produtiva”, “qualidade e produtividade”, “competitividade” e outros que, ao mesmo tempo, justificavam novos arranjos na divisão internacional do trabalho (realocando empresas e fluxos de capital em várias partes do mundo) e sedimentavam a ideologia da “interdependência de uma sociedade global” – a ser organizada pela “supremacia do mercado” contra a, agora, inconveniente regulação do Estado.

POLÍTICAS ESTATAIS E REESTRUTURAÇÕES PRODUTIVAS NO BRASIL

Na seqüência, serão observadas as condições em que o Estado brasileiro, especialmente na década de 1990, subordinou-se às doutrinas neoliberais e, por isto, importou, difundiu e remunerou métodos de reestruturações produtivas, de acordo com as exigências das transnacionais e suas interferências na divisão internacional do trabalho.

O Estado tem se rendido aos ditames do imperialismo de plantão com subserviência manifesta, entre outras, nas formas pelas quais tem coordenado os processos de reestruturações produtivas. A busca por consenso em torno da “nova ordem social” se manifestou em apelos produtivos contundentes, tal como a declaração do “ano da qualidade e da produtividade” insistentemente apregoado pela mídia em 1990, seguido pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), criado por Fernando Collor de Mello e, ainda, em vigor.

A reestruturação produtiva atual se constitui numa série de ajustes nos métodos de organização do trabalho que intensificam a jornada e trazem, independentes de inovações tecnológicas de grande vulto, extremados ganhos de produtividade. Envolve, em termos gerais, dois aspectos: alterações no gerenciamento e a introdução gradativa de novas tecnologias, cuja característica mais imediatamente reconhecida é a utilização de máquinas com componentes micro-eletrônicos em substituição às máquinas ferramentas eletro-mecânicas. Esses ajustes permitem diminuir os tempos de trabalho, cujo controle, via de regra, não é mais exercido por um trabalhador destacado essencialmente para essa função. Agora, os próprios produtores, dispostos em grupos que competem entre si para atingir determinada meta de produtividade, se encarregam de acelerar os tempos, uns vigiando os outros.

A Participação nos Lucros e Resultados (PLP), cujos termos foram encaminhados ao governo pela Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e imediatamente introduzida nos acordos salariais por força de lei – via a medida provisória 794/94, do então Presidente Fernando Henrique Cardoso – se tornou instrumento importante para que os trabalhadores vislumbassem a intensificação do trabalho como a quimera do lucro revertida em consumo, mesmo que fosse o básico, cujos salários rebaixados já não podiam mais realizar.

A conformidade da produção, de acordo com metas determinadas pelo mercado, prescinde agora da figura do inspetor. Aos trabalhadores, chamados

de polyvalentes porque apertam botões de diversas máquinas quase que em tempo simultâneo, é dada a responsabilidade pelo cumprimento das metas e pelas normas de produção. Do lado da gerência, não há muito com o que se preocupar: as máquinas, devidamente programadas com precedência, garantem a conformidade dos produtos. Necessário é modelar os trabalhadores e, para isso, um conjunto de comportamentos é ensinado à guisa de cursos de “treinamento” e “qualificação”, disseminados como Sistema de Qualidade. Financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), o objetivo dos Programas de Qualidade Total é padronizar convenientemente a produção e o comportamento dos trabalhadores para que os produtos sejam finalizados de acordo com as exigências do mercado (BORGES, 1997).

Outros ajustes foram colocados em prática: diferenciação nos produtos graças às possibilidades operacionais das tecnologias, diferentes disposições das máquinas de forma a permitir o manejo simultâneo por um único trabalhador, novas formas de estocagem e a tão discutida terceirização. Além disso, as máquinas computadorizadas exigem ambiente limpo e arejado. Que bom para os trabalhadores! Adeus à graxa! As doenças pulmonares darão vez às Lesões por Esforços Repetitivos (LER) ou ao Karochi, conhecido pelas bandas japonesas como morte por exaustão. A isso tudo chamam de “produção flexível”!

Todas essas mudanças exigem formas de hierarquia no controle da produção que se diferenciam das que predominaram no pós-guerra. Contudo, longe de representar ruptura com os princípios do taylorismo/fordismo, acreditamos que os novos métodos apresentam um grau acentuado de aprofundamento desses mesmos princípios. O controle do capital sobre o trabalho nunca foi tão presente quanto nas metodologias em vigor. Do ponto de vista técnico da produção, a fiscalização do tempo e a separação entre planejamento e execução estão inscritas na própria máquina que eletronicamente computa as quantidades produzidas e, com raras exceções, che-

ga à produção devidamente programada por técnicos altamente especializados.

Do ponto de vista do “pacto social”, observa-se um significativo refluxo dos movimentos sociais e, assim como no pós-guerra do capitalismo desenvolvido, grande parte dos sindicatos torna-se aguerrida difusora da ideologia produtiva vigente. Mediante a utilização de recursos provenientes do Estado, por intermédio de programas que atestam apoio econômico e ideológico às políticas exigidas pelo capital internacional, as centrais e seus sindicatos disseminam cursos, palestras, imprimem jornais, fazem campanhas, acordos setoriais etc., que propagam o ideário produtivo das empresas. O impacto das reestruturações produtivas em seus aspectos contemporâneos ressoou forte sobre a luta de classes no Brasil. Mesmo sindicatos de origem e tradição classista incorporaram propostas que fizeram recuar direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores.

Distinguimos pelo menos dois fortes impactos nos resultados sobre as lutas sindicais: o primeiro diz respeito à incorporação, em vários níveis de negociação sindical, de termos como flexibilidade, polivalência e autonomia, evocados como possibilidades emancipatórias trazidas pelas novas tecnologias. Esta incorporação acrítica tem se dado com frequência cada vez maior tanto em textos acadêmicos, empresariais e governamentais, como nos sindicais, independente da corrente ideológica que exprimem. O Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), aplicado por intermédio dos cursos de formação profissional ministrados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) por empresas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e sindicatos de todas as “cores” tem sido um vigoroso instrumento governamental desta forma ideológica de disseminação ideológica.

O segundo impacto é indicado na emergência do chamado sindicalismo propositivo, com atuações que sugerem um resgate dos “benefícios” perdidos com o fim dos “acordos societais”. No ABC paulista, considerado o berço do sindicalismo combativo brasileiro, está tomando forma um amplo leque

de alianças entre governos locais, empresários e representações de trabalhadores, com vistas à defesa sistemática de interesses localistas que incluem, no mínimo, propostas que assimilam fortes aspectos do corporativismo próprio do modelo europeu de sindicalismo social-democrata. Isso se consolida, em especial, por intermédio dos acordos requeridos nas denominadas câmaras setoriais e regionais.

A junção entre Estado, empresários e as novas formas assumidas pelo movimento sindical tem cumprido um papel de grande alcance na hegemonização dos termos relacionados com a reestruturação produtiva e com o que passaram a conotar como inexorável – a *globalização* da economia.

A reestruturação produtiva é disseminada como condição inevitável de *inserção do país na modernidade*. Nos discursos dos governantes e também de setores ligados aos movimentos sociais, os efeitos da crise social aparecem como uma conjuntura apenas transitória, passível de ser contornada pela aplicação das chamadas políticas compensatórias. Por intermédio delas, vultuosas somas são despendidas sem outro efeito que não seja o de amortecer as lutas reais por emancipação da classe trabalhadora, motivo pelo qual proliferam os cursos de computação para desempregados de baixa renda que mal sabem ler e escrever, comunidades solidárias que isolam segmentos em atividades efêmeras, propostas de renda mínima para manter crianças em escolas degradadas material e pedagogicamente e assim por diante.

Contra os enunciados de que o neoliberalismo teria decretado o fim do Estado-nação em nome da “supremacia do mercado”, muitos programas governamentais atestam que as empresas não apenas necessitam do Estado, mas impõem agendas e prioridades às políticas sócio-econômicas. É isto que pretendemos colocar em discussão por intermédio deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio F. R. de. Já se passaram 10 anos: apontamentos sobre um percurso intelectual. Memorial para concurso de livre-docência, São Paulo, PUC, 2001.

ALMEIDA, Lúcio F. R. de. Entre o local e o global: poder e política na atual fase de transnacionalização do capitalismo. In: DOWBOR L.; IANNI, O.; RESENDE, P. E. *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. São Paulo: Praxis, 1999.

AMIN, Samin. *La economía política del siglo XX*. 2000. Disponível em: <http://rcci.net/globalizacion/2000/fg/29.htm>. Acesso em: 28 jul. 2003.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

BORGES, Célia Congilio. *Reestruturação produtiva e luta de classes: impactos político-ideológicos da difusão do modelo japonês no Brasil*. Dissertação (Mestrado). – PUC, São Paulo, 1997.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XXI*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. São Paulo: Record, 2003.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1: v. 1/2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MÉSZÁROS, István. Política radical e transição para o socialismo: reflexões sobre o centenário de Marx. In: CHASIN, J. (Org.). *Marx hoje*. São Paulo: Ensaio, 1988. p. 188-192.

_____. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

OHMAE, Kenichi. *O fim do Estado-Nação: a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SAES, Décio. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1998.

TAVARES, M. da Conceição; FIORI, J. Luís. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.